



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

DARLENE CARVALHO DA ROSA

“QUE LETRA É ESSA? A HISTÓRIA DE PATRICK”
UMA REFLEXÃO SOBRE A MEDICALIZAÇÃO NA INFÂNCIA

FLORIANÓPOLIS - SC
2024

DARLENE CARVALHO DA ROSA

“QUE LETRA É ESSA? A HISTÓRIA DE PATRICK”
UMA REFLEXÃO SOBRE A MEDICALIZAÇÃO NA INFÂNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Pedagogia do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone Vieira de Souza.

FLORIANÓPOLIS–SC
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

ROSA, DARLENE CARVALHO DA
"QUE LETRA É ESSA? A HISTÓRIA DE PATRICK" UMA REFLEXÃO
SOBRE A MEDICALIZAÇÃO NA INFÂNCIA / DARLENE CARVALHO DA
ROSA ; orientadora, SIMONE VIEIRA DE SOUZA, 2024.
46 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. MEDICALIZAÇÃO. 3. INFÂNCIA. 4.
EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE. I. SOUZA, SIMONE
VIEIRA DE . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Pedagogia. III. Título.

Darlene Carvalho da Rosa

**“QUE LETRA É ESSA? A HISTÓRIA DE PATRICK”
UMA REFLEXÃO SOBRE A MEDICALIZAÇÃO NA INFÂNCIA**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia e aprovado em sua forma final pelo Curso de Pedagogia.

Florianópolis, 15 de agosto de 2024.

Profª. Simone Vieira de Souza, Dra.
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Profª. Simone Vieira de Souza, Dra.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª. Maria Aparecida Lapa de Aguiar, Dra.
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª. Patrícia Laura Torriglia, Dra.
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Rogerio Machado Rosa, Dr.
Suplente
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este estudo a todos os Patricks vítimas de uma sociedade excludente – que reiteradamente os abandonam e matam –, e as professoras¹ inconformadas com uma educação não emancipadora.

¹ Neste trabalho, utilizarei a palavra professora ao me referir à docência, partindo do entendimento de que se trata de uma profissão majoritariamente feminina.

AGRADECIMENTOS

Escrevo as primeiras linhas do parágrafo de agradecimento e meus olhos já estão marejados de tanta emoção. Costumo dizer aos meus estudantes, quando alguém chora, que está tudo bem chorar! Chorar é a forma do nosso coração transbordar os sentimentos através das lágrimas. E neste momento de escrita, minhas lágrimas transbordam o sentimento imenso de gratidão.

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir chegar até aqui. Durante este caminho, tive várias pessoas que fizeram parte dele como peças de um quebra-cabeça, contribuindo para quem sou, para quem me constitui e para quem estou me tornando. Agradeço ao meu pai, Alvino Rosa, que infelizmente não está mais entre nós. Pai, sua filha conseguiu!

Agradeço à minha mãe, Bernadete Carvalho, exemplo de persistência, que sempre trabalhou e nunca nos deixou faltar nada, que me apoiou durante a graduação e que, por vezes, emprestou dinheiro quando as coisas estavam apertadas. Agradeço à minha irmã, Gleice Carvalho, e ao meu irmão, Alexandre Carvalho, que mesmo longe sempre me apoiaram e me deram forças.

Costumo dizer que família não é apenas aquela com quem compartilhamos o mesmo sangue, mas também aqueles que encontramos pelo caminho. Além da minha família biológica, tenho uma segunda família, uma família de amigos. Agradeço à minha amiga de infância, Jéssica Bento, por me acalmar nas nossas videochamadas durante este percurso. Você esteve comigo em todos os momentos, compartilhando risos e lágrimas. Agradeço ao meu grande amigo de vida, Filipi Soares, você por muitas vezes precisou falar umas verdades para que eu tomasse um rumo na vida. Amigo e colega de profissão, suas palavras foram essenciais. Você é minha inspiração de como um professor pode fazer a diferença na vida de outras crianças, muito obrigada!

Gostaria de agradecer a Letícia Sales e sua filha Maia Sales. Lelê, você foi e é fundamental nesses anos. Vocês foram uma parte importante dessa trajetória na universidade, foram meu segundo lar. Sua presença e apoio incondicional fizeram toda a diferença.

Referindo-me à família, dentro da comunidade de aprendizagem, agradeço à minha professora Simone Vieira de Souza, minha orientadora, minha professora do PIBID, uma mulher que me inspirou, que mostrou que posso ser radical e amorosa. Professora, sua

sabedoria e carinho foram fundamentais para minha caminhada, obrigada por aceitar me orientar nessa reta final.

Agradeço à professora Patrícia Laura Torriglia, que teve uma enorme paciência comigo e que me ensinou, nos momentos de ansiedade, a frase "Fique tranque, tudo tranque!", rendendo muitas gargalhadas. Sua leveza tornou esse final de jornada mais agradável. Estendo os agradecimentos à professora Maria Aparecida Lapa de Aguiar, mais conhecida como a nossa prof^a Cida, que ao longo da graduação sempre arrancou suspiros com suas leituras e mostrou que os girassóis são poesias. Ao professor Rogério Machado Rosa, obrigada pelas aulas que me fizeram sorrir com os olhos. Mesmo de máscara, ainda assim, sorrimos com nossos códigos secretos que gritávamos em sala, com "merda!". Agradeço por esses momentos únicos e especiais.

Agradeço a Thamiris Mendes, minha companheira de cafés e paçocas. Amiga, você compartilhou comigo desde 2018 momentos de angústias e alegrias, de lágrimas à gargalhadas. Foram muitos surtos, trabalhos acadêmicos, fofocas e momentos que levarei para a vida. Muito obrigada por todo o apoio. Agradeço à Indiamara Barbosa, que foi a companheira de muitos bares, cervejas e festas da UFSC, mas principalmente, foi a mulher que me abriu os olhos para me ensinar como uma mulher deve ser respeitada e tratada, que não devemos aceitar o mínimo. Obrigada por todos os conselhos de vida.

Natiele Silva, por compartilhar momentos de caminhada e várias gargalhadas pela universidade; Ana Paula, que compartilhou vários perrengues nos estágios e nessa reta final do TCC. E não posso deixar de agradecer a Loana Philippi, nossa maior fã da Beyoncé, Marcos Oliveira, Maria Izabel, Victória Maria, Luis Bevacqua, Rafael Silva e Lauro Jorge Amorim. Vocês estiveram juntos desde o início e foram meu suporte.

Agradeço ao Wallace Gonçalves, que chegou nos 45 minutos do segundo tempo desta jornada acadêmica. Obrigada por me mostrar que ainda posso amar e ser amada, que afeto se dá com gestos de escuta, de paciência e de tempo de qualidade. Seu amor trouxe calma aos meus dias mais difíceis.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os estudantes que atravessaram a minha vida durante o meu percurso no início dessa profissão com docente. Vocês, assim como meus amigos, me constituíram e me ajudaram a ser uma professora melhor a cada momento. Que eu siga sendo tocada por vocês, pois esses seis anos de graduação foram exatamente para vocês e por vocês. Vocês são a razão pela qual todo esforço valeu a pena!

“A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade” (bell hooks, 2013, p. 273).

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso, realizado no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, no Curso de Pedagogia, tem como objetivo principal refletir sobre a medicalização na infância e suas implicações na trajetória de escolarização da criança/estudante. E como objetivos específicos: - descrever como o processo de medicalização afeta Patrick, uma criança protagonista do documentário “*Que letra é essa? A história de Patrick*”; e - articular o conceito de educação como prática da liberdade na sala de aula. A pesquisa se dá por meio do estudo do documentário “*Que letra é essa? A história de Patrick*”², e do diálogo com autores e categorias que sustentam uma leitura e análise crítica sobre o fenômeno da medicalização da infância. A escolha pela abordagem qualitativa se fundamenta na intenção de compreender as complexidades e nuances das questões relacionadas à medicalização da infância, e ao estigma vivenciado pelas crianças, permitindo uma análise aprofundada das experiências e percepções apresentadas. Os operadores conceituais se revelaram fundamentais para compreender a profundidade do impacto da medicalização sobre crianças/estudantes. Considerando a medicalização como uma tendência de tratar comportamentos e vivências individuais localizados em diagnósticos e terapias medicamentosas, portanto, uma forma de controle, e uma prática recorrente que ignora a complexidade da existência humana, e a educação como prática da liberdade, uma abordagem pedagógica que reconhece, respeita e valoriza a singularidade da criança/estudante, teríamos aqui uma perspectiva alternativa para se contrapor a lógica da medicalização da educação e da infância, comprometida com uma escola mais justa e de qualidade para todos e todas.

Palavras-chave: Medicalização 1; Infância 2; Educação como prática da liberdade 3.

² “Que letra é essa? A história de Patrick” – <https://www.youtube.com/watch?v=NtyL4NEEIEE&t=154s>

ABSTRACT

This Final Course Paper, conducted at the Center for Education Sciences at the Federal University of Santa Catarina, in the Pedagogy Program, primarily aims to reflect on childhood medicalization and its implications for the schooling trajectory of the child/student. The specific objectives are: to describe how the medicalization process affects Patrick, the main child in the documentary "*Que letra é essa? A história de Patrick*", and to integrate the concept of education as a practice of freedom within the classroom. This research is based on the study of the documentary "*Que letra é essa? A história de Patrick*" and on dialogues with authors and categories that support a critical reading and analysis of the phenomenon of medicalization in childhood. The choice for a qualitative approach is grounded in the intention to understand the complexities and nuances related to childhood medicalization and the stigma experienced by children, allowing for an in-depth analysis of the experiences and perceptions presented. Conceptual frameworks were fundamental in understanding the depth of the impact of medicalization on children/students. Considering medicalization as a tendency to address individual behaviors and experiences through diagnoses and drug therapies—therefore as a form of control—and as a recurring practice that overlooks the complexity of human existence, and education as a practice of freedom, a pedagogical approach that recognizes, respects, and values the uniqueness of each child/student, this study offers an alternative perspective to counter the logic of the medicalization of education and childhood, committed to a fairer, higher-quality school experience for all.

Keywords: Medicalization 1; Childhood 2; Education as a Practice of Freedom 3.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT - Admissão em contrato temporário
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FMES - Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade
PAEE - Professor auxiliar de educação especial
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TEA - Transtorno do Espectro Autista
TOD - Transtorno Opositivo-Desafiador
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO:

1. CAMINHO DA PESQUISADORA E DA PESQUISA ACADÊMICA	13
2. CAMINHO METODOLÓGICO	17
3. OPERADORES CONCEITUAIS E INDICADORES DE ANÁLISE	19
3.1 Como o processo de medicalização incide sobre Patrick?	19
3.2 Educação como uma prática da liberdade: limites e possibilidades	32
4. REFLEXÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	44

1. CAMINHO DA PESQUISADORA E DA PESQUISA ACADÊMICA

É sabido que o contexto educacional brasileiro, tem sido marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas, e que as concepções sobre as dificuldades de aprendizagem escolar, particularmente prevalentes entre crianças oriundas dos estratos mais desfavorecidos da sociedade, possuem raízes históricas significativas (Patto, 2015). Tema que me produz inquietações e que trouxe para perto, o interesse em aprofundar o estudo no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Para isso, busco por meio do documentário “*Que Letra é Essa, A História de Patrick*”, refletir sobre a medicalização na infância e suas implicações na trajetória de escolarização da criança/estudante³. Como objetivos específicos, procuro: i) descrever sobre como o processo de medicalização incide sobre Patrick, protagonista do documentário: “*Que letra é essa? A história de Patrick*”; ii) articular o conceito de educação como uma prática de liberdade e outro possível na sala de aula.

E sobre o meu encontro com a história de Patrick? Qual o ponto de conexão entre a minha trajetória de vida e de escolarização com a história de Patrick e com o tema deste trabalho?

O primeiro contato com o documentário se deu enquanto participava do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) em 2018 e, posteriormente, o revisei durante a disciplina de Educação e Infância IV: conhecimento, jogo, brincadeira e linguagem no ano de 2022.

Acomodada com uma xícara de café, sentada à minha mesa, ao som de Belchior, “*Sujeito de Sorte*”, decidi iniciar o relato da minha escrevivência⁴ e dar início a este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Quero compartilhar um pouco do meu percurso e afetações com você, caro leitor(a), colega e amigo(a), para que compreenda os motivos e sentidos que me levaram ao tema.

Minha jornada, foi moldada por um café matinal, uma colher de farinha de rosca feita com pães dormidos, café e açúcar. Rotina que marcou a minha infância e as visitas frequentes à mercearia ao lado de casa, onde o dono já conhecia nossa situação e nos doava

³ Criança/estudante: utilizarei, ao longo deste trabalho, a expressão 'criança/estudante'. O meu TCC versa sobre a história de vida de uma criança em idade escolar, portanto um estudante. Assim, adotarei o conceito 'criança/estudante' para enfatizar essa dobra que indica um tempo de vida do sujeito, ao mesmo tempo que marca uma atividade predominante nesse período que se vive a infância e adolescência.

⁴ Escrevivência, uma forma de escrever sobre nossa vivência, termo que tive o privilégio de conhecer através da obra de Conceição Evaristo “*Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*” 2020.

pães. Lembro-me das idas à casa de uma amiga da minha mãe para buscar salsichas, um gesto que também nos ajudava naqueles dias difíceis.

Nossa vida sempre foi marcada pela instabilidade. Uma vez, ao voltar da escola, deparei-me com meu pai sentado no meio-fio, minha mãe chorando e nossos pertences espalhados pela calçada, fomos despejados. Meu pai, pedreiro, enfrentava dificuldades para encontrar emprego e, quando conseguia, era árduo sustentar a casa. Minha mãe, uma guerreira que sempre trabalhou como faxineira, tornou-se minha inspiração para enfrentar os desafios. Mesmo assim, o dinheiro era escasso para cuidar de uma família com três crianças. Passamos um período sendo acolhidos em uma garagem, onde meu colchão ficava próximo à roda de um carro.

A vida começou a melhorar quando minha mãe conseguiu um emprego em um restaurante. Recebíamos comida de lá e éramos calorosamente acolhidos pelos donos, que nos proporcionaram um café repleto de amor e abundância: frutas, pão de queijo e uma variedade de pães. Eles não só nos ajudaram com o material escolar inúmeras vezes, como também sempre estiveram com as portas abertas para que realizássemos o contraturno escolar por lá, e terminar deveres ou simplesmente brincar. Generosidades que jamais esquecerei. Quando me perguntam: O que posso fazer para mudar a realidade de uma criança? São estes testemunhos e vivência que vêm à minha lembrança e capturam o meu corpo inteiro.

Contudo, a vida apresentou novos desafios na adolescência, como a separação dos meus pais e dificuldades financeiras que se acentuaram após o falecimento do meu pai. Eu, meu irmão e minha mãe trabalhamos incansavelmente. Desde então, passei por diversas ocupações, trabalhando em fábricas elétricas, atuando como ambulante em praias, sendo balconista, vendedora de roupas, faxineira, babá, garçoneiro, recreadora, cozinheira, administradora de sistemas, estagiária em escolas, até finalmente me tornar professora admitida em caráter temporário (ACT), como auxiliar de educação especial (PAEE), na rede municipal de Florianópolis. Desde a minha chegada no Curso e profissão, busco fazer a diferença na vida de crianças, sobretudo, aquelas que ao me olhar, reconhecem a criança que fui.

A realidade vivida por muitas crianças, como a minha própria experiência, tem ressonâncias com a história de Patrick, um menino pardo e periférico, cuja trajetória é marcada por desafios socioeconômicos e negligência por parte do sistema educacional e do Estado. Ao refletir sobre as minhas dificuldades enfrentadas na infância, é possível compreender de maneira vívida como os marcadores sociais, de raça, condição financeira, a

falta de suporte educacional, a medicalização, entre outros, impactam significativamente na aprendizagem e no desenvolvimento de uma criança.

E é exatamente por estas vivências que nos encontramos, que escolhi escrever sobre nós. Vivências que falam dos Patricks, das Marias, de mim e do meu olhar para educação – que se não é essa, qual seria? Quero falar sobre nós, fazer contato com os fragmentos de uma história que desencadeia sentires e apresentar a voz da criança/estudante marcada por uma infância difícil. Quero fazer uma escrevivência, como indica Vitor⁵, uma criança de seis anos, que quando perguntado por Conceição Evaristo (2020), sobre o que era escrevivência, ele responde: “É escrever de nós” (Evaristo, 2020, p. 12). Quero escrever de nós e conosco.

Portanto, à medida que acesso e reencontro a minha história, marcada por desafios socioeconômicos, me identifico concretamente com as lutas enfrentadas por crianças como Patrick e sua família. São histórias que ecoam e encontram ressonâncias nas minhas experiências. É nesse contexto de vivências compartilhadas que me vejo impulsionada na busca por estudos que possam traduzir de maneira crítica, a complexidade subjacente ao sistema educacional brasileiro; e pontualmente, nessa pesquisa, no que diz respeito à medicalização que marca a vida de crianças/estudantes durante sua trajetória de escolarização, e que culmina, algumas vezes, com a sua expulsão da escola.

Quero destacar mais uma vez que, ao assistir ao documentário '*Que Letra é Essa, A História de Patrick*', fui profundamente tocada pela história de um menino cujas dificuldades na escola não são apenas acadêmicas, uma vez que refletem as barreiras sociais e econômicas que permeiam uma sociedade injusta e tão desigual como a nossa. A história de Patrick é uma história singular, no que diz de si, do seu processo de constituição, do seu sistema familiar e território, mas é também representativa de uma história que se coletiviza, que versa sobre uma realidade compartilhada por muitas crianças estigmatizadas no e pelo sistema educacional.

Assim, neste TCC, pretendo além de refletir sobre a história de uma criança/estudante, marcada pelo processo de medicalização e suas implicações, construir pistas para compreender o que outras crianças/estudantes em situações semelhantes vivem, como a medicalização contribui para perpetuar as desigualdades e o estigma que acometem muitas crianças/estudantes no período de escolarização. No diálogo e estudo sobre a história

⁵ Vitor Eduardo Severo da Silva, estudante da Escola Municipal Morro da Cruz, em Porto Alegre–RS. Estudante que inspirou o título da obra de Conceição Evaristo: “Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo”

de Patrick e ao compartilhar minha escrevivência, apresento uma reflexão, ainda que inicial, sobre o papel da educação na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Como uma convicção enraizada em minha alma, reconheço: sou uma voz e um corpo inconformado diante de um sistema educacional que muitas vezes falha em proporcionar uma educação de qualidade e justa para todos. Não me calo diante das situações de discriminação e injustiça que testemunhei, e vivenciei ao longo da minha jornada. Sou uma humana inconformada! Sou movida pela firme certeza de que a educação pública e de qualidade, deve ser um direito de todos, não um privilégio de alguns.

Sei que há limites no que afirmo, não acredito que posso salvar o mundo sozinha, e tão pouco que por meio do acesso, da permanência e da conclusão do ensino, a justiça e transformação social se dará; mas estou determinada a ser uma pedra no sapato do sistema, e daqueles que perpetuam as injustiças que fratura a vida dos Patricks. Se eu conseguir tocar, acessar uma criança, como os Patricks que existem por aí, tenho certeza de que também me deixei ser tocada e de que nesse encontro, nos tornamos humanos(as) melhores. E, talvez, se dê o que afirma Conceição Evaristo (2020): “[...] a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p. 11).

2. CAMINHO METODOLÓGICO

Este trabalho é um estudo de abordagem qualitativa, que pretende garantir uma compreensão singular e rica do tema em questão. A pesquisa se dá por meio do estudo do documentário “*Que letra é essa? A história de Patrick*”⁶, e do diálogo com autores e categorias que sustentam uma leitura e análise crítica sobre o fenômeno da medicalização da infância.

Segundo Triviños (2009), a pesquisa qualitativa de origem fenomenológica se justifica pela necessidade de usar uma metodologia que leve em conta o contexto social do fenômeno estudado, focando na aplicação prática e no objetivo de transformar o conhecimento adquirido ao entender a realidade em seus aspectos principais e secundários. Para o autor, a pesquisa qualitativa

[...] de índole fenomenológica se justifica pela busca de uma metodologia que, considerando também o contexto do fenômeno social que se estuda, privilegia a prática e o propósito transformador do conhecimento que se adquire da realidade que se procura desvendar em seus aspectos essenciais e acidentais. Por isso, considero como válido o enfoque histórico-estrutural para nossa realidade social que, empregando o método dialético, é capaz de assinalar as causas e as consequências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades. Por isso, o teor de qualquer enfoque qualitativo que se desenvolva será dado pelo referencial teórico no qual se apoia o pesquisador (Triviños, 2009, p. 125).

A escolha pela abordagem qualitativa se fundamenta na intenção de compreender as complexidades e nuances das questões relacionadas à medicalização da infância, e ao estigma vivenciado pelas crianças, permitindo uma análise aprofundada das experiências e percepções apresentadas no documentário escolhido para este trabalho.

O objeto de estudo deste trabalho, como já descrito, é o documentário “*Que letra é essa? A história de Patrick*”, que aborda fragmentos sobre a vida e a trajetória educacional de Patrick, uma criança que no ano de 2002, início das gravações do documentário, tinha sete anos de idade e residia numa região de assentamento, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. O documentário oferece elementos importantes para a construção de pistas, que nos ajudam a refletir de forma contundente, sobre a relação entre o Patrick, sua família, as professoras e a escola, bem como sobre como a medicalização incide sobre a aprendizagem e o desenvolvimento da criança/estudante.

⁶ “Que letra é essa? A história de Patrick” – <https://www.youtube.com/watch?v=NtyL4NEEIEE&t=154s>

Como parte do procedimento para o estudo e análise do documentário, o caminho percorrido por mim se deu na seguinte direção: i) aproximação/visualização da obra (documentário) em quatro momentos diferentes (uma no PIBID, outra na disciplina de Educação e Infância IV, e em dois momentos subsequentes, já mergulhada na feitura do estudo); ii) apontamentos e excertos destacados, com o foco numa síntese inicial do que o documentário mobilizava; iii) um quarto retorno ao documentário, e agora com registros a partir da captura de diálogos com maior detalhamento; iv) releitura dos registros, destacando os indicadores de análise e articulação com os autores referências deste, que incluiu a busca e seleção de fontes relacionadas aos temas sobre a medicalização da infância e educação -, incluindo trabalhos acadêmicos, artigos e livros.

Como principais e também recentes contribuições teóricas, destaco os artigos: “Medicalização e violação de direitos: uma cartografia sobre as diferenças nas infâncias” (2023), de Simone Vieira de Souza e Lygia de Sousa Viégas; “A medicalização da educação na contramão das diretrizes curriculares nacionais da educação básica” (2014), de Maria Izabel Souza; “A compreensão da infância como construção sócio-histórica” (2014), de Samuel Lincoln Bezerra Lins, Maria de Fátima Oliveira Coutinho da Silva, Zoraide Margaret Bezerra Lins e Terezinha Féres Carneiro; entre outros, como: Nilma Lima Gomes, autora do livro “Infâncias Negras: Vivências e Lutas para uma Vida Justa”(2023); bell hooks, com o livro “Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade” (2013); e Bárbara Carine Soares Pinheiro, com o livro “Como Ser um Educador Antirracista” (2023).

Dito isso, na próxima seção, apresento os conceitos de medicalização, infância e de educação como prática da liberdade, operadores conceituais que produzem uma leitura no diálogo com os indicadores e recorte de análise, quais sejam: 1) Como o processo de medicalização incide sobre Patrick; e 2) Educação como uma prática de liberdade e outro possível na sala de aula.

3. OPERADORES CONCEITUAIS E INDICADORES DE ANÁLISE

3.1 COMO O PROCESSO DE MEDICALIZAÇÃO INCIDE SOBRE PATRICK?

Quem é Patrick? Patrick é uma criança que se torna visível no seu contexto educacional pelo que lhe falta. Isto é, para as professoras que participam do documentário, ao serem indagadas para falar sobre o Patrick, há o registro de um conjunto de adjetivos que nominam o que falta ao estudante. Por exemplo, falta o domínio das letras, dos números, falta maturidade para a idade, falta estrutura familiar, falta vontade, falta se esforçar etc.

Com base nos ditos que comparecem nos diálogos e interações das cenas, pergunto-me de maneira inquieta sobre o impacto, a influência que a sociedade e o ambiente escolar exercem na constituição da pessoa, considerando o jeito como interpretam o comportamento de um lado, e do outro lado, como a pessoa se apropria desses olhares e busca afirmar ou negar a sua identidade, dentro de um contexto de práticas excludentes.

Penso que outra pergunta importante é sobre qual infância falamos quando elegemos o lugar da falta ao apresentar uma criança/estudante? Patrick é isso o que disseram? E, mais o quê?

Podemos dizer que se trata de uma criança única, que insiste em permanecer dentro da escola, apesar dos desencontros. Quando digo única, reconheço a sua condição como um ser social e como um sujeito singular. No qual, a formação humana ocorre numa relação direta entre o sujeito e a sociedade no qual está inserido (Vygotsky, 1989). Portanto, Patrick é uma criança do sexo masculino, pardo, pobre, que completa seus nove anos de idade ao final do documentário, repetia pela terceira vez o primeiro ano dos anos iniciais, do ensino fundamental de uma escola pública. Residia num assentamento na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, morava com seus pais e irmãos. Patrick protagoniza uma história que nos leva a refletir sobre a relação entre a família, a escola e a criança/estudante e uma trama profunda que existe entre esses elos no processo de aprendizagem e desenvolvimento humano. É produto e parte do seu território, das mediações sociais, políticas, emocionais, cognitivas etc., e ao mesmo tempo se produz e reproduz as relações do seu meio social (Vygotsky, 1989).

O que dizem as crianças sobre Patrick?

□ *Repórter: - Vocês conhecem o Patrick?*

Crianças: - Sim, ele mora ali, assim... Ele só quer brigar com os outros. Ele intica e sai e sai correndo. Ele vai até aquele poste e

começa a xingar; a chamar os outros. A gente vai atrás dele e fala: Tudo bem, Patrick? E o Patrick: Vai dormir, Pia!” Risos ao fundo (Repórter e crianças, “00:02:00”).

O que Patrick diz de si nas cenas e diálogos?

Seu olhar parece muitas vezes perdido numa imensidão de vazio, o que talvez seja reflexo de uma trajetória escolar marcada pelo estigma de uma criança/estudante problema e que já se apropriou desse lugar que lhe deram. Uma criança que *“Só quer brigar com os outros. Ele intica e sai correndo”* (sic), uma criança compreendida socialmente pela escola, amigos como alguém indisciplinado, rebelde. No entanto, se considerarmos a rebeldia como uma forma de defesa da vida, conforme expressa Souza e Viégas (2023), Patrick poderia ser visto como uma criança que busca escapar das convenções impostas, como alguém que tenta de forma insistente se afirmar e encontrar o seu lugar no mundo, na sala de aula, ainda que isso signifique desafiar as normas estabelecidas. Qual a motivação para brigar com os outros? No ato de inticar e sair correndo, o que busca? E qual a relação entre esses indicadores e a perspectiva medicalizante da infância? O que é medicalização da infância?

Quando o termo medicalização aparece, é comum, inicialmente, associações da palavra ao uso de tratamentos medicamentosos e/ou intervenções clínicas. Considerando o contexto abusivo de terapias medicamentosas e de um olhar medicalizante para a infância, dentro do contexto escolar e na sociedade, apresento o que nos dá sustento teórico para refletir sobre o tema na história do Patrick, bem como na infância que tem sido medicalizada.

O conceito de medicalização nasceu sob influência da sociologia da saúde, no final da década de 1960, ao descrever como aspectos da vida cotidiana, que são multideterminados, passam a ser definidos e tratados como questões médicas, localizado, assim, no sujeito. Um dos principais objetivos da medicina durante esse período era limpar e disciplinar os corpos por meio do uso do discurso e das tecnologias (Gaudenzi; Ortega, 2012).

Deste modo, era um termo descritivo que servia para explicar o comportamento desviante, e que rapidamente é capturado pela indústria farmacêutica e pela sociedade. E na atualidade, tem sido central nos estudos de pesquisadores que se contrapõem a racionalidade medicalizante sobre a vida, e produzem tensionamentos e críticas que destacam a crescente influência da medicina em áreas antes não associadas a ela (Conrad, 2007).

A medicalização levanta debates sobre a necessidade e os limites da intervenção médica em questões sociais e pessoais, e nos leva a refletir sobre a intencionalidade e o alcance da medicina, no que diz respeito ao estabelecimento de medidas de controle sobre corpos individuais e coletivos nos dias de hoje.

Segundo Gaudenzi e Ortega (2012), a medicina começou a intervir na vida íntima das pessoas no século XVIII, com o surgimento da medicina moderna e do higienismo. Esse período marcou o início da transformação dos profissionais de saúde em figuras de autoridade, cujos conhecimentos se tornaram indispensáveis para a resolução de problemas cotidianos. No entanto, no mundo contemporâneo, essa intervenção médica se expandiu ainda mais, abrangendo não apenas doenças físicas, mas também condições mentais, comportamentais e até mesmo questões de estilo de vida.

Segundo o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (FMES), que segue ampliando o debate e construindo a luta coletiva (2010)⁷, fundamentando-se em princípios de defesa dos Direitos Humanos e no Estatuto da Criança e do Adolescente, a medicalização é

[...] o processo que transforma, artificialmente, questões não médicas em problemas médicos. Problemas de diferentes ordens são apresentados como ‘doenças’, ‘transtornos’, ‘distúrbios’ que escamoteiam as grandes questões políticas, sociais, culturais, afetivas que afligem a vida das pessoas. Questões coletivas são tomadas como individuais; problemas sociais e políticos são tornados biológicos. Nesse processo, que gera sofrimento psíquico, a pessoa e sua família são responsabilizadas pelos problemas, enquanto governos, autoridades e profissionais são eximidos de suas responsabilidades. Uma vez classificadas como ‘doentes’, as pessoas tornam-se ‘pacientes’ e consequentemente ‘consumidoras’ de tratamentos, terapias e medicamentos, que transformam o seu próprio corpo no alvo dos problemas que, na lógica medicalizante, deverão ser sanados individualmente. Muitas vezes, famílias, profissionais, autoridades, governantes e formuladores de políticas eximem-se de sua responsabilidade quanto às questões sociais: as pessoas é que têm ‘problemas’, são ‘disfuncionais’, ‘não se adaptam’, são ‘doentes’ e são, até mesmo, judicializadas (FMES, 2010, p. 1).

Na atual conjuntura, especialmente no contexto educacional, observamos a medicalização em várias dimensões. Como professora auxiliar de educação especial (PAEE), na rede municipal de Florianópolis, testemunho a tendência de classificar como “doentes”, “rotular”, “etiquetar” crianças/estudantes e fornecer diagnósticos simplificados, muitas vezes sem considerar o estudante e sua história, e principalmente, isentam a responsabilidade de questões que deveriam ser interesse de órgãos governamentais e não de culpabilização do indivíduo. Esse dado pode ser evidenciado, por exemplo, no aumento do diagnóstico de transtornos como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno Opositivo-Desafiador (TOD) em crianças, que são cada

⁷ O Fórum é um movimento social, constituído por núcleos e em diferentes cidades e regiões do Brasil, formado por entidades, instituições, pessoas defensoras de uma perspectiva não medicalizante (Souza; Viégas, 2023). Fórum de Medicalização, disponível em: <https://www.medicalizacao.org/>

vez mais cedo encaminhadas pelas unidades para avaliação e “tratamento”. Conforme Beltrame, Gesser e Souza (2019)

Em consequência ao diagnóstico, o estudo de Carvalho, Brant e Melo (2014) indicou as tendências comuns de transgressão do uso de medicamentos para o tratamento do TDAH. O uso da medicação para o tratamento do TDAH cresceu em larga escala. Conforme investigação de Collares e Moysés (2010), o Brasil é o segundo maior consumidor de psicotrópicos do mundo, sendo que a droga mais prescrita é o metilfenidato, comercializado com os nomes de Ritalina® e Concerta® (Beltrame; Gesser; Souza, 2019, p. 08).

No processo de medicalização da criança, frequentemente desconsidera-se a diversidade e a complexidade do universo da infância. Ao invés de partir do pressuposto de que as crianças possuem uma ampla gama de comportamentos e experiências, muitas vezes se opera com um estreitamento de percepção sobre quem é essa criança, como aprende e se desenvolve, o que busca comunicar com o seu corpo e sons? Essas perguntas demandariam um tempo não aligeirado da professora, família e responsáveis, para encontrar e ver a criança em toda a sua forma de ser quem é. E numa sociedade marcada pela pressa e produtividade, torna-se mais sedutor e fácil, a lógica dos encaminhamentos, na busca de se atribuir um diagnóstico médico e possível tratamento medicamentoso. Há uma inclinação e uma banalização para tratar os comportamentos da ordem da existência, através de intervenções farmacológicas, e muitas vezes desprovida de uma avaliação criteriosa (Beltrame; Gesser; Souza, 2019).

Por vezes, as crianças estão simplesmente sendo crianças, expressando comportamentos característicos da infância ou da sua história, território etc., entretanto, a medicalização enquadra, enclausura, captura a infância, constrói uma narrativa e convence de que há um problema que necessita ser corrigido. Precisamos promover uma abordagem desmedicalizante da infância, que valorize a singularidade de cada estudante, afirme a vida e o direito à diferença (Souza; Viégas, 2023).

Logo, é imperativo nos perguntarmos: quem está lucrando com a banalização dos diagnósticos? A escola poderia encontrar outras saídas para a criança/estudante com queixas no seu processo de escolarização? Quais os riscos as crianças/estudantes correm ao serem reduzidas a receptáculos de diagnósticos e prescrições?

No artigo, “O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização”, Gaudenzi e Ortega (2012), apresenta uma crítica contundente à medicalização. Ivan Illich argumenta que a dependência crescente das pessoas em relação aos especialistas médicos resulta na perda de

autonomia individual. Ele acreditava que a cultura medicalizada transforma a saúde em um produto de consumo, afastando os indivíduos de uma verdadeira satisfação pessoal, que poderia ser alcançada pela superação da dependência de intervenções profissionais (Gaudenzi; Ortega, 2012).

Já Michel Foucault, embora não tenha utilizado sistematicamente o termo medicalização, analisou profundamente o impacto da medicina na sociedade. O autor introduziu os conceitos de biopoder e biopolítica para descrever como a medicina moderna, em sintonia com o desenvolvimento do capitalismo, se tornou uma ferramenta crucial de controle social. Foucault argumenta que a medicina não apenas tratava doenças, mas também moldava comportamentos e controlava populações, exercendo um poder sobre a vida e a morte (Gaudenzi; Ortega, 2012).

Neste artigo, Gaudenzi e Ortega (2012) exploram as contribuições de Illich e Foucault para a compreensão da medicalização e destacam que

O termo medicalização surge no início na década de 1960 no campo da sociologia da saúde e, doravante, se consolida como um importante campo de interesse e desenvolvimento de pesquisas. Uma vez que se observava o enorme crescimento do número de problemas da vida que eram definidos em termos médicos, os autores denunciavam a ampliação do raio de ação da medicina, que extrapolava o campo tradicional de ação direta sobre as moléstias. De fato, o crescimento da jurisdição médica foi, para alguns autores, uma das mais potentes transformações da segunda metade do século XX (Clarke et al., 2003, p. 24).

Essa análise nos permite compreender como a medicalização não apenas impactou a saúde física, mas também moldou profundamente o comportamento dos estudantes no ambiente escolar. Hoje, mais do que nunca, enfrentamos o desafio de repensar a forma como lidamos com as questões de saúde e comportamento nas escolas. O debate em torno da medicalização continua a ser crucial, incitando-nos a considerar os limites e as implicações de uma abordagem excessivamente medicalizada na infância e educação.

E na história de Patrick, como o olhar medicalizante sobre ele, comparece no diálogo das professoras, quando questionadas sobre o porquê alguns estudantes conseguiam aprender e outros não?

- *Pois é isso aí que eu tenho para te dizer, eu penso que o Patrick seja mesmo devido à doença do ano passado, porque esse tipo de doença de vermes irrita muito a criança, incomoda muito, deixa muito desatento, então ele não tem vontade e não queria fazer nada, queria*

mais era tá mexendo com um, com o outro (Professora 1,⁸ “00:08:13”).

□ *Eu acho que é muito exemplo... (Professora 2, “00:08:36”).*

Há indicadores evidentes de que o Patrick é reconhecido como um estudante com dificuldades, e que essas dificuldades são localizadas nele ou na estrutura familiar. Com isso podemos afirmar de que há um olhar medicalizante operando sobre ele, e como consequência traz danos no seu processo de escolarização. Isto é, a medicalização produz um estigma que impacta na forma como ele vai se percebendo dentro da escola e na vida. Ao ser identificado como um estudante com problemas, e ao ter negado o seu direito de aprender e se desenvolver na escola, Patrick vai, ao que parece, desistindo de si. O efeito negativo de um estigma na pessoa e sua subjetividade, conforme definido por Goffman (2004), leva à discriminação e ao preconceito com base em características específicas, e afeta as interações e as oportunidades sociais. Produz sofrimento e processos de exclusão.

Sobre isso, Maria Izabel Souza Ribeiro (2014), aponta que a perpetuação de estereótipos e estigmas na educação, como práticas classificatórias e discriminatórias em relação a crianças/estudantes, contradiz as diretrizes educacionais. Melhor dizendo, a medicalização e o estigma associados à educação não apenas ignoram as diretrizes, como também reforça as desigualdades, principalmente no que diz respeito a desigualdades raciais e de classe social.

E Nilma Lino Gomes (2023), nos dá pistas de como a justiça curricular pode atuar na escola “[...] como instrumento de superação de desigualdades; desse modo, podemos discutir que falta às instituições educativas e escolares não somente fazer a justiça curricular, na prática. Falta-nos compreender e praticar a justiça cognitiva” (Gomes, 2019, p. 1037). A justiça cognitiva refere-se, segundo a autora, à integração das diversas formas de conhecimento que cada estudante traz de seu território e realidade para a sala de aula. Isso inclui reconhecer e valorizar as experiências e perspectivas de todas as crianças/estudantes (Gomes, 2023).

Abordar essas questões requer desafiar as narrativas dominantes de sucesso acadêmico, reavaliar os mecanismos de apoio e promover ambientes educacionais inclusivos e que não apaguem crianças/estudantes pela cor de sua melanina, jeito de aprender ou se comportar.

⁸ No documentário "*Que Letra É Essa? A História de Patrick*", as duas professoras antigas de Patrick, cujos nomes não são mencionados, serão referidas como "Professora A" e "Professora B" para fins de identificação e clareza.

Segundo o Manifesto Desmedicalizante e Interseccional: "Existirmos, a que será que se destina?" elaborado coletivamente pelo Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade e apresentado no V Seminário Internacional A Educação Medicalizada em Salvador, 2019, "[...] a medicalização se sustenta em olhares e práticas que estigmatizam, silenciam, fetichizam, patologizam, criminalizam ou exterminam certos tipos de existência, assumindo controle não apenas sobre a vida, mas também sobre a morte, ambas convertidas em mercadoria" (Viéguas et al, 2019, p. 195). Como isso pode aparecer no fragmento abaixo?

- *“A professora é amiga deles, e eu, ela só manda bilhete pra mim. Que eu não sou nada dela e ela diz que é amiga de todo mundo, mas menos eu” (Patrick, “00:03:54”).*

A fala de Patrick parece ser um grito silencioso de dor e abandono. Este depoimento revela o profundo sentimento de exclusão e invisibilidade que permeia a experiência de Patrick, uma vítima do processo de medicalização, que perpetua a desigualdade e estigmatiza (Viéguas et al, 2019) e extermina a existência de crianças/estudantes. O lamento de Patrick é um reflexo amargo de uma realidade em que a medicalização não apenas rotula e estigmatiza, mas também transforma em: - pois este é meu amigo, este serve! Já você, não! Ou seja, os corpos são descartáveis e objetivados à meras “mercadorias”.

É com indignação e frustração que observamos como o sistema educacional falha ao oferecer a Patrick, o suporte e a inclusão que lhe é de direito. A medicalização, transforma-se em uma força opressiva que silencia e exclui (Viéguas et al, 2019). Esse processo cruel e desumanizante nega a Patrick a oportunidade de existência. Seu grito silencioso e escondido por trás de uma voz baixa e olhar cabisbaixo, é um lembrete doloroso da necessidade de mudar, uma vez que a medicalização “[...] estimula a sensação de que não é possível construir e sustentar outras formas de existir [...]” (Viéguas et al, 2019, p. 195).

Patrick é um estudante marcado por um estigma. Segundo Goffman (2004), o estigma se caracteriza quando uma pessoa é vista de forma negativa por outras pessoas, por causa de uma característica ou traço particular que possui, e pode levar à discriminação e preconceito contra indivíduos com base nessas características: “A questão que se coloca não é da manipulação da tensão gerada durante os contatos sociais e, sim, da manipulação da informação sobre o seu defeito” (Goffman, 2004, p. 38).

As crianças, assim como Patrick, enfrentam o estigma atrelado a diferentes motivos, como racismo, classe social, orientação sexual, comportamentos ou rótulos etc., e uma vez instalado, o estigma afeta a forma como uma pessoa é tratada, suas oportunidades e

conquistas; acreditando que através do “[...] empoderamento individual meritocrático, ao sugerirem que, com força de vontade, autoestima, resiliência, proatividade e concentração, todos podem passar para o lado dos vencedores” (Viégas et al, 2019, p. 198).

- *Eu digo para ele se espelhar nos três irmãos mais velhos que ele tem. Se ele quiser chegar em algum lugar, ele vai ter que estudar; porque, se ele não estudar, ele não vai chegar em lugar nenhum. Outra coisa que digo muito e coloco na cabeça dele desde agora, é que ele tem que estudar porque toda pessoa morena é discriminada. Então, o que ele precisa é estudar para um dia, não ter problemas. Se não, ele vai ter problemas (Pai de Patrick, “00:05:15”).*

Para Souza e Viégas (2023), a medicalização e o estigma impactam significativamente no processo de escolarização, ditam percepções, influenciam nos comportamentos e perpetuam desigualdades dentro do sistema educacional. E com isso,

Os discursos medicalizantes, ao serem subjetivados pelas crianças, pais e responsáveis, professoras, produzem sentido, aplacam angústias, encapsulam e restringem modos de vida; mas também, desse mesmo lugar, se depreende a rebeldia, ainda que lida de maneira desqualificadora ou com o invólucro do suposto transtorno e seus efeitos colaterais (Souza; Viégas, 2023, p. 389).

Essa lente que reduz a criança/estudante ao estigma, ao conjunto de comportamentos que não estão em conformidade com os padrões acadêmicos tradicionais, rotulando-os como problemáticos e que precisam de intervenção, produzem efeitos prejudiciais em sua autoestima e desempenho acadêmico. O estigma na escola perpetua um ciclo de marginalização e exclusão, em que estudantes, sobretudo, os de origens desfavorecidas são ainda mais afetados dentro do sistema educacional. Assim,

[...] quando nos aproximamos de algumas escolas e da vida no seu entorno, um tanto de cenas denuncia a violação de direitos de crianças já estigmatizadas pela máxima de pertencer ao grupo de estudantes errantes, pobres, negros, que falam demais ou que são silenciosos, que só(?) querem brincar, que vivem no mundo da lua, passeiam o tempo todo pela sala, não aguardam sua vez para falar, são fraquinhos, preguiçosos, tímidos, desafiam os adultos etc. E nesse percurso de escolarização, desde lá, o motivo do pouco “sucesso” escolar tem recaído sobre quem se busca amordaçar. A criança mais periférica. “Difícil”. Excluída (Souza; Viégas, 2023, p. 391).

Quer dizer, no processo de escolarização, a culpa pelo insucesso acadêmico recai historicamente sobre aqueles que são marginalizados, rotulados como “díficeis” e excluídos. Isso perpetua um ciclo em que as crianças menos privilegiadas arcam com o peso das

deficiências educacionais, levando a uma maior marginalização. Além disso, a imposição de soluções médicas em resposta aos desafios educacionais terceiriza um desafio que é de toda comunidade de aprendizagem.

Ao direcionar as questões educacionais através de uma lente médica, perspectivas e intervenções alternativas que consideram fatores sociais, culturais e ambientais podem ser deixadas de lado, negligenciadas, limitando a busca por outras saídas. Com isso, o foco reduzido em soluções médicas, pode restringir a compreensão das diversas necessidades de aprendizagem e reforçar uma abordagem como única salvação, ignorando ou negando a complexidade da vida.

O entrelaçamento da medicalização e do estigma no processo de escolarização da criança/infância, reforça as desigualdades, diminui as experiências diversas e restringe as possibilidades educacionais. Abordar esse impasse requer uma interrogação crítica das narrativas dominantes em torno do sucesso acadêmico (Patto, 2015); e uma reavaliação dos mecanismos de apoio oferecidos aos estudantes, um compromisso de promover ambientes educacionais inclusivos que valorizem a singularidade de cada estudante.

Sobre a infância, de qual infância falamos?

A percepção histórica da infância tem mudado significativamente ao longo dos séculos, refletindo mudanças profundas na forma como as crianças são compreendidas e integradas na sociedade. Conforme observado por Ariès (1981), "[...] no passado as crianças eram frequentemente vistas como seres vazios, desprovidos de alma e imperfeitos, e eram tratadas mais como miniadultos do que como indivíduos em desenvolvimento" (Ariès 1981, p. 03). Nessa perspectiva, as crianças eram incumbidas de responsabilidades numa idade precoce, e não desfrutavam da infância, como concebido nos dias de hoje.

Na Idade Média, em particular, não existia o que atualmente definimos como "sentimento de infância". As crianças no período medieval, não eram separadas dos adultos em termos de suas responsabilidades ou tratamento social, sendo desde cedo envolvidas em tarefas que contribuía diretamente para o sustento familiar e para a economia doméstica (Ariès 1981).

A reflexão de Ariès (1981), nos diz sobre a construção histórica da categoria infância, e, portanto, sobre a necessidade de situar a infância no seu tempo, de compreendê-la dentro de uma condição situada histórico-social. Sendo assim,

[...] a infância foi um conceito historicamente construído e a criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim como um adulto em miniatura. Este autor considera a

infância como uma invenção da modernidade, constituindo-se numa categoria social construída recentemente na história da humanidade, onde a emergência do sentimento de infância, como uma consciência da particularidade infantil, é decorrente de um longo processo histórico, não sendo uma herança natural. Essa afirmação desencadeou grandes mudanças na compreensão da infância, já que ela era pensada como uma fase da vida, como qualquer outra (apud, Bezerra et al., 2014, p. 128)

Considerando a importância de compreender a infância como uma categoria social (Ariès,1981), podemos refletir sobre o impacto dessas considerações no entendimento das experiências infantis. A infância, de acordo com a perspectiva histórico-cultural, não se reduz a um mero período do desenvolvimento individual. Em vez disso, é constituída por fatores sociais e culturais, como classe social, gênero, religião, etnia e experiências desafiadoras, que podem produzir estigmas na vivência de uma criança. Essa visão, que sustenta neste trabalho, reconhece a diversidade nas experiências de infância, destacando que cada criança vivencia esse período de maneira única, influenciada por seu contexto social específico. Sobre a infância, Manoel José Sarmiento (2005) afirma que:

[...] é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, para além de tenso e internamente contraditório, não se esgotou. É continuamente atualizado na prática social, nas interações entre crianças e nas interações entre crianças e adultos. [...] A geração da infância está, por consequência, num processo contínuo de mudança, não apenas pela entrada e saída dos seus atores concretos, mas por efeito conjugado das ações internas e externas dos fatores que a constroem e das dimensões de que se compõe (Sarmiento, 2005, p. 365-366).

Nessa direção, é fundamental entender que as crianças não são um grupo homogêneo, mas diverso em suas experiências e realidades. Influenciadas diretamente por processos de “[...] variações demográficas, as relações económicas e os seus impactos diferenciados nos diferentes grupos etários e as políticas públicas” (Sarmiento, 2005, p. 365).

Ou seja, as oportunidades e recursos disponíveis para uma criança de classe média, podem ser muito diferentes daqueles disponíveis para uma criança em situação de vulnerabilidade social, sem acesso ao mínimo de uma política pública que garanta o direito à educação de qualidade. Da mesma forma, as expectativas e normas culturais em relação à infância variam amplamente de acordo com o contexto social e seu capital cultural (Bourdieu, 1987).

Apesar das especificidades entre crianças e adultos, é importante reconhecer que as crianças são afetadas pelos acontecimentos que ocorrem na sociedade, mesmo que não

estejam diretamente relacionados à infância. Isso significa que eventos políticos, econômicos e culturais têm um impacto nas vidas das crianças, interferindo nas suas experiências e oportunidades de vida.

Quando pensamos em Patrick e na história retratada, de qual infância se fala? Em quais condições sociais e históricas Patrick se constituiu?

A história de Patrick, se dá num momento histórico no qual as crianças são reconhecidas como sujeitos com direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Estatuto que se destaca como um exemplo contemporâneo da evolução, no que se refere a concepção de infância. Segundo o ECA, "a criança e adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis" (Brasil, 1990, Art. 15). Mas, há que se registrar de que estamos longe de reconhecer o êxito no que está preconizado no pé da letra. Existe uma lacuna entre o que dispõe o ECA e o que de fato se garante como princípio de afirmação e proteção da vida, de todas as vidas.

Logo, ao analisar o documentário *“Que letra é essa: a história de Patrick”*, o meu olhar para a infância, sustenta-se numa perspectiva sociológica e histórica (Vygotsky, 1998). Isso me faz considerar não apenas a experiência e os aspectos individuais e biológicos de Patrick, mas também as condições sociais e culturais constitutivas de si e do seu meio/território. Patrick nos dá algumas pistas sobre a sua infância:

- *Às vezes a gente brinca demais e o que eu mais gosto é de me esconder. Se esconder é mais tri⁹, porque daí eu me escondo e fico bem escondido. Às vezes eu faço uma casinha para me esconder. Eu gosto de fazer as coisas, mas é que aí eu brinco e gosto de fazer assim que estou escondido (Patrick, “00:02:28”).*

No fragmento acima, a brincadeira aparece como uma atividade importante da infância, da criança. Patrick sorri ao descrever a cena, e ao que parece ocupa ali um lugar de potência, se esconde bem escondido, é difícil os colegas o acharem, ele pode ser bom nisso de construir uma casinha, um esconderijo.

⁹Tri legal, para o gaúcho, tri é uma expressão que, sozinha, significa legal.

Assim, a brincadeira não deve ser subestimada, uma vez que reflete a complexidade do universo no qual a criança está inserida e produzindo cultura. Enquanto brinca, a criança busca por meio do brincar, se apropriar dos códigos sociais, regras, jeitos de produzir relação, aprende e se desenvolve “[...] em suas práticas, existe, para além da estereotipia, uma singularidade nas produções simbólicas e artefatos infantis que configuram o que a Sociologia da Infância define como cultura infantil” (Sarmiento, 2004, p. 20).

Para Lev Semionovitch Vygotsky (1998), o brincar é uma importante fonte de promoção do desenvolvimento. A brincadeira propicia à criança, a apropriação de signos sociais. É através da brincadeira que a criança começa a tomar consciência da realidade, criando possibilidades de existência.

A criança é entendida como um ser em desenvolvimento constante. Dentro desse conceito de infância, a brincadeira é uma atividade predominante. É através da brincadeira que a criança se apropria dos códigos sociais e das regras. Ela aprende e se desenvolve, conforme a perspectiva histórico-cultural.

Vygotsky, afirma:

No brinquedo, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário; no brinquedo é como se ela fosse maior do que é na realidade. Como no foco de uma lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo, ele mesmo, uma grande fonte de desenvolvimento. [...] A criança desenvolve-se, essencialmente, através da atividade de brinquedo. Somente neste sentido o brinquedo pode ser considerado uma atividade condutora que determina o desenvolvimento da criança. (Vygotsky, 1998, p. 135).

Assim como Vygotsky aponta que o brinquedo permite à criança comportar-se além de suas capacidades habituais, Patrick, através da brincadeira de esconder, atinge uma habilidade de planejamento, correr a tempo de ninguém o vê-lo, pensar no melhor lugar. Construindo estratégias que demonstram a brincadeira como uma construção de esconderijos e casinhas, Patrick representa na prática, as “[...]tendências do desenvolvimento sob forma condensada [...]” (1998, p. 135) que Vygotsky menciona, mostrando como o brincar é fundamental para uma infância. O brincar “é a condição da aprendizagem e, desde logo, da aprendizagem da sociabilidade” (Sarmiento, 2004, p. 16). E é a partir desta perspectiva, que olhamos para Patrick e entendemos que crianças/estudantes produzem cultura nas suas brincadeiras e por meio da interação social, aprendem.

Em uma sociedade em que as crianças estão cada vez mais presas em uma tela de celular ou dentro de casa, o brincar na rua e sentir-se potente e bom no que se faz, nos dá a esperança de acreditar em uma infância desmedicalizante, uma infância que é vivida/viva!

3.2 EDUCAÇÃO COMO UMA PRÁTICA DA LIBERDADE: LIMITES E POSSIBILIDADES

Paulo Freire, em sua obra "Educação como Prática da Liberdade" (1967), apresenta uma visão dialética entre educação e sociedade. Ele argumenta que a educação deve libertar os indivíduos, promovendo, por meio do diálogo, uma leitura do mundo que os leve da consciência ingênua à crítica. Dessa forma, deixamos de ser massa de manobra e nos tornamos sujeitos que se integram à sociedade e a transformam (Freire, 1967).

Freire critica a visão tradicional da educação, a qual ele denomina "educação bancária", onde o educador é descrito como o sujeito que preenche os estudantes com informações de forma mecânica, transformando-os em recipientes que devem ser preenchidos com conhecimento (Freire, 1987). O autor argumenta ainda que essa abordagem é limitada e opressiva, pois considera os estudantes como sujeitos passivos. E ilustra a visão afirmando que "[...] quanto mais vá enchendo os recipientes com seus depósitos, tanto melhor o educador será [...]" (Freire, 1987, p. 58). Em contraste, Freire defende uma abordagem educativa que é fundamentada no profundo amor pelo mundo e pelas pessoas, na humildade e na supressão das condições opressivas, promovendo uma verdadeira integração entre educador e educando que permita a transformação e o crescimento mútuo.

E nesta perspectiva, bell hooks (2014), registra o seu encontro, diálogo e atravessamentos com Paulo Freire, ao ter o contato com os pressupostos da educação como prática da liberdade. E nessa seção, quero dizer que busquei este atravessamento para olharmos a vida de Patrick com um olhar não medicalizante, que acredita nas suas potências e na liberdade como fundamento da vida.

No livro de bell hooks (2014), "*Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade*", a educação como prática da liberdade é uma abordagem que nos permite ensinar e tratar o outro com a convicção de que todos podem, de alguma forma, aprender (hooks, 2014). E é nessa perspectiva que olhamos para o Patrick em sala de aula, reconhecendo as possibilidades de potência que ele apresenta e nos perguntando: Como despertar essa potência, essa vontade para aprender?

A primeira questão que penso quando falo e reflito sobre estas possibilidades de potência, é sobre a formação das professoras e de como se daria a quebra do paradigma de uma pedagogia tradicional para uma pedagogia engajada, inspirada em Paulo Freire (1987) e bell hooks (2014). Para a autora, uma das transformações ocorreria quando o prazer estivesse presente na comunidade de aprendizagem, na sala de aula. A educação tem que ser prazerosa,

ambos precisam sentir prazer: a professora na arte de ensinar, e a criança/estudante na arte de aprender, e ambos ensinam e aprendem na relação (hooks, 2014). Essa perspectiva é anunciada quando uma professora no documentário reflete sobre sua prática, mas parece que de forma tímida e sem maior reflexão:

- *A escola tem que proporcionar essa motivação para o aluno, eu acho que a professora tem que fazer o que pode para motivar os alunos para querer aprender, mas às vezes não dá (Professora A, “00:20:52”).*

A motivação que a professora se refere, hooks denomina de engajamento e “[...] tem por objetivo recuperar a vontade dos estudantes de pensar e a vontade de alcançar a total realização. O foco central da pedagogia engajada é capacitar estudantes para pensar criticamente” (hooks, 2020, p. 33).

É importante destacar que este engajamento na atividade de ensino e de aprendizagem, muitas vezes nos falta por conta de um processo de precarização nas condições de trabalho, e cada vez maior da professora: “Dobradas sob o peso de um trabalho alienado, objeto elas mesmas de autoritarismo e desvalorização social, destituídas de uma visão da totalidade social na qual exercem sua profissão [...]” (Patto, 2015, p. 333). A subvalorização generalizada do trabalho docente, não afeta apenas as professoras individualmente, mas também repercute em todo o sistema educacional, afetando os estudantes e as percepções da sociedade sobre a profissão e a educação. Conforme destacado nas falas dos pais de Patrick, a subvalorização das professoras reflete questões sistêmicas e denunciam o não lugar que a educação pública ocupa no projeto do país (Patto, 2015; Freire, 1996).

Assim dizendo, o contexto das políticas públicas educacionais, a ausência do reconhecimento da educação pública como prioridade no país, e a estima profissional das professoras, interferem nos resultados e nos índices educacionais. Paulo Freire (1996) ressalta a importância da luta pelos direitos das professoras, afirmando que

Ensinar exige humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores. Se há algo que os educandos brasileiros precisam saber, desde a mais tenra idade, é que a luta em favor do respeito aos educadores e à educação inclui que a briga por salários menos imorais é um dever irrecusável e não só um direito deles. A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética (Freire, 1996, p. 66).

Tenho acordo que para romper com essa barreira, é necessário desafiar um sistema e um currículo. A frase citada por uma das professoras de Patrick: “*Professor, o aluno, o caderno e está feita a escola*” (sic), deve ser tensionada e denunciada, não nos cabe enquanto acreditarmos que precisamos construir uma comunidade de aprendizagem engajada. É evidente que existem muitos desafios enfrentados por professoras que buscam transformar a educação em um ato/exercício de liberdade. Afinal, “[...] para educar para a liberdade, temos que desafiar e mudar o modo como pensamos sobre os processos pedagógicos (hooks, 2017, p. 193). Na fala de uma das professoras:

- *Não é pelos professores, é pelas pessoas que regem a educação, pode ver no Brasil. A educação é feita assim, é um prédio: Professor, o aluno, o caderno e está feita a escola. E o resto? Essa criança não vai ser um adolescente? Essa criança não vai ser um dia um homem? (Professora A, “00:21:18”).*

Assim como bell hooks conta sobre a sua infância no livro, Patrick também demonstra pequenas vivências que remetem a uma infância com algumas fraturas. Um lugar no qual não foi escutado e respeitado, onde a educação como prática da liberdade não esteve presente, um lugar que diz que criança que não aprende é porque “não quer nada com nada” (sic):

- *[...] ele não tem vontade e não queria fazer nada, ele queria mais era tá mexendo com um, com o outro (Professora A, “00:08:29”).*

Quando uma criança questiona ou se recusa a fazer algo na sala de aula, muitas vezes é vista como um estudante problema, um indisciplinado. Para hooks, a criança/estudante transgressora, busca um outro jeito de ocupar o seu espaço, de compreender e exercitar sua autonomia dentro do ambiente escolar (hooks, 2017). Essa rebeldia pode ser explicada na obra de Maria Helena de Souza Patto (2015), ano de sua 4ª edição revista e ampliada, intitulada “A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia”. A autora aborda de maneira contundente a temática da produção do fracasso escolar, e desmistifica explicações racistas e preconceituosas que sustentaram um olhar reducionista sobre a criança/estudante que fracassava na escola. É, portanto, considerado um clássico e segue atual na área da Psicologia e Educação.

A autora chama atenção para a “rebeldia” em ambientes educacionais, e destaca como estudantes e educadores desafiam normas convencionais e estruturas de poder nas

escolas. A rebeldia, nesse contexto, emerge como um mecanismo fundamental para questionar as normas estabelecidas e a dinâmica de poder, permitindo novas possibilidades na educação (Patto, 2015).

O que significa que a rebeldia dentro das escolas é vital. Possibilita que estudantes e educadores desafiem a autoridade e as práticas pedagógicas tradicionais. Este ato de contestação promove o pensamento crítico e abre espaço para o surgimento de ideias que desalojam. Em contraste com a educação tradicional em sala de aula, que muitas vezes valoriza a conformidade e a aceitação passiva do currículo prescrito, a rebeldia impulsiona a autonomia intelectual e a criatividade. Ao resistir à conformidade e buscar mudanças, a rebeldia pode expor situações dentro da escola que necessitam ser repensadas, promovendo discussões sobre a inclusão, o racismo, o capacitismo na educação etc. e que aponte para o exercício da liberdade (Patto, 2015).

Garantir espaço para que a rebeldia ocorra nas escolas, dentro dessa perspectiva apontada, pode favorecer encontros de sujeitos conhecedores dos seus direitos, que resistem a estruturas opressivas, promovendo autonomia e a expressão individual. O que se diferencia diretamente da abordagem tradicional em sala de aula, que muitas vezes impõe um currículo rígido, uniforme, delimitado dentro de um tempo e espaço, e que limita a capacidade dos estudantes de explorar e expressar suas vontades e identidades singulares (hooks, 2013).

Outro grande feito da rebeldia é a possibilidade de construir estratégias aos enfrentamentos necessários, argumentos críticos e situados, fundamentais para tensionar ambientes sociais opressores e complexos. Essas estratégias e comportamentos, costumam ser cerceados e frequentemente subestimados pela educação tradicional, que valoriza, reforça a conformidade e o desempenho acadêmico padronizado (hooks, 2013; Patto, 2015).

Por meio de atos de rebeldia, os sujeitos podem desafiar estereótipos, preconceitos e estigmas associados ao desempenho acadêmico e ao comportamento, defendendo um ambiente de aprendizagem inclusivo. A escola tradicional, ao contrário, pode perpetuar essas divisões ao reforçar normas e expectativas rígidas sobre o que constitui sucesso acadêmico e comportamento adequado (Patto, 2015). Para Souza e Viégas (2023), quando um estudante se recusa a voltar para a escola, e escolhe

[...] a rua, a praça, a bifurcação, é o comportamento de uma rebeldia genuína de quem se depara com um ambiente hostil, que com o dedo em riste, lhe diz todos os dias “o que é que você está fazendo aqui”? É evidente que a pergunta e o tom não indagam o interlocutor com amorosidade e intenção para que se possam abrir clareiras. O grito é alto e insistente “aqui não é o seu lugar”! (Souza; Viégas, 2023, p. 392).

De modo geral, a rebeldia nas escolas poderia desempenhar um papel na promoção do engajamento crítico, e fomentar uma cultura de questionamento e transformação contínua, vital para a construção de uma educação democrática que fomentasse a prática da liberdade na educação. Para que isso ocorra

Em outras palavras, para fazer com que a educação escolar trabalhe pela democracia, agora é urgente que, além da criação de mecanismos de avaliação psicológica e de encaminhamento escolar justos, a escola se encarregue de criar uma nova mentalidade nas novas gerações, cabendo aos professores destruir algumas ficções democráticas e levar os cidadãos à aceitação do que os autores chamam de a “dura realidade dos fatos (Patto, 2015, p. 99).

É incontestável o papel das professoras nesse processo. No descortinamento de certas ilusões democráticas e na orientação para uma compreensão mais profunda da realidade. É urgente desafiar e olhar mais além para as crenças democráticas existentes, problematizar junto com as crianças/estudantes as duras verdades de um país desigual e injusto.

Ademais, outro papel da escola, a meu ver, trata-se da formação de cidadãos críticos, de vidas emancipadas, desafiando reflexões ingênuas e promovendo uma compreensão da realidade social em toda a sua complexidade. E da rebeldia, compreendo como “[...] um ato de defesa da vida” (Souza; Viégas, 2023, p. 392).

Apesar de tudo isso, e talvez, pensando na direção dos limites e das possibilidades, hooks (2015), enfatiza que:

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade (hooks, 2013, p. 273).

Quando o meu olhar se volta para os indicadores localizados na história de Patrick, e no diálogo com a perspectiva de uma educação como prática da liberdade, destaco que o pai de Patrick fala sobre a importância de um ambiente educacional “estimulante” (sic), que complemente os esforços dos pais em fornecer uma base sólida para o aprendizado das crianças/estudantes. É certo que elencam também, um conjunto de justificativas que reproduz uma lógica culpabilizante, apontando as limitações da escola e das professoras, e em

determinados momentos o descontentamento ao acompanhar a segregação do filho em sala, como é ressaltado no diálogo abaixo:

- *Porque desde quando tu tens teu filho em casa, tu dá a educação para ele, da boa alimentação, né? Tu dá o carinho para o teu filho, tá! Ele chega dentro da sala de aula sorridente, tranquilo né? Bem, vamos dizer assim, bem de espírito! Então, faltou o que dentro de sala de aula? Falta o quê? Só falta a professora, porque uma professora boa ela estimula a criança aprender, agora a professora que não quer, acontece o quê? Nada! (Pai de Patrick, “00:10:01”).*

Quando escuto o pai de Patrick, vejo um pai reconhecendo o papel das professoras e sua importância para que o filho encontre sentido na escola. Ressalta que alguns métodos de ensino podem influenciar significativamente a motivação e a receptividade da criança/estudante ao aprendizado. A ênfase na influência positiva de professoras comprometidas, localizada na sua fala, se alinha às pesquisas que destacam a importância da relação professora-estudante na promoção do sucesso acadêmico e do bem-estar do sujeito/estudante.

Tanto o pai, quanto a mãe de Patrick, expressam uma preocupação com a diminuição dos padrões educacionais. A mãe observa a diferença no tratamento da professora em relação ao Patrick e as outras crianças,

- *Quando ia na mesa de professora a professora mandava voltar e se sentar, eu vi isso com meus olhos, eu vi! Ninguém me contou. Elas cuidam de uns alunos e largam os outros (Mãe de Patrick, “00:13:29”).*

Essa cena e testemunho não me remete apenas a uma crítica à conduta pedagógica, mas se trata também de um grito de revolta contra um sistema que perpetua o apagamento e a “paparicação” em sala de aula de alguns escolhidos, uma estrutura educacional profundamente injusta e discriminatória (Oliveira, 2010).

No cenário educacional brasileiro, a medicalização e o estigma impostos a crianças/estudantes negras e periféricas não são apenas questões acadêmicas, mas sim manifestações cruéis de um sistema profundamente enraizado em desigualdades históricas e raciais (Gomes, 2023). A obra "Como Ser um Educador Antirracista" de Bárbara Carine (2023), oferece uma análise incisiva e necessária, expondo o racismo e nessa reflexão entrelaço com a medicalização, ambos processos são produtores de estigma e desumanização.

Nilma Lima Gomes (2023), inicia sua análise no prefácio da obra de Bárbara Carine, que conversa diretamente com nosso objeto de estudo, afirmando que: “A convivência com as crianças, em especial as negras, nos ajuda a nos tornarmos sujeitos e sujeitas sociais melhores. Aperfeiçoa-nos no trato com a diversidade étnica e racial presentes em nossas práticas docentes e nas nossas vidas” (Carine, 2023, p. 11). Esse ponto revela a realidade dolorosa de que, em vez de promover uma verdadeira inclusão, muitas professoras falham em reconhecer a complexidade e a riqueza da identidade das crianças/estudantes negras.

Bárbara Carine denuncia o racismo como um sistema opressivo que não se constrói isoladamente: “O racismo não é construído sozinho” (Carine, 2023, p. 13). Isso expõe a cumplicidade silenciosa de instituições e indivíduos que perpetuam práticas discriminatórias. Ao assistir o documentário, e escutar a fala da mãe sobre essa tratativa diferenciada com Patrick, os primeiros pensamentos que inquietam são: Por que ele? Por que os outros podiam e ele não? O que Patrick fez para merecer tal tratamento? O que vai ao encontro com o sentimento que o próprio Patrick expressa sobre a professora outrora “*ela é amiga, só deles*”, causando um sentimento de não pertencimento, apresentando sinais de desistência, de não acreditar nele mesmo, de que ele fosse merecedor dessa tratativa.

A autora desafia a abordagem tradicional da educação, que ignora ou minimiza conflitos e desigualdades, afirmando que “não negue os conflitos, mas aprenda com eles, valorize os sujeitos e as sujeitas da educação e indague as relações de poder construídas na sociedade. Eduque e promova a emancipação, e não o conformismo” (Carine, 2023, p. 14). Uma verdadeira prática que caminha ao encontro de uma educação da liberdade.

Como podemos identificar e implementar pistas que conduzam a uma educação antirracista nas salas de aula? Embora não haja soluções prontas para essa questão (Carine, 2023), é crucial refletirmos sobre a branquitude e as práticas que promovem o pensamento crítico e antirracista. A luta antirracista não se dirige contra as pessoas brancas em si, mas sim contra a branquitude – “[...] branquitude não é necessariamente sobre a cor da pele, mas sobre os acessos sociais que a cor da pele garante” (Carine, 2023, p. 55). Portanto,

O que se combate na luta antirracista não é o sujeito branco, mas a branquitude, não é sobre a pessoa branca, Maria ou? João; o enfrentamento é da branquitude, o termo cunhado pela teoria crítica da raça para refletir a socialização das pessoas brancas a partir dos privilégios que as unem” (Carine, 2023, p. 55).

Este conceito serve para entender como o privilégio racial é institucionalizado e perpetuado, afetando diretamente a forma como crianças negras são tratadas e percebidas no

sistema educacional, imbricada a isso, é indispensável compreender que as práticas pedagógicas têm o potencial de transformar as relações étnico-raciais nas escolas. Como destaca Nilma Lino Gomes, "[...] reconhecer que esses estudos, oriundos de diferentes áreas do conhecimento, articulados às perspectivas crítico-emancipatórias, possibilitam mudanças nos caminhos individuais e coletivos" (Gomes, 2023, p. 53). Nesse sentido, a educação se insere nas lutas contra as desigualdades de gênero, classe e na erradicação do racismo, contribuindo para projetos educativos emancipatórios que desafiam as estruturas conservadoras vigentes.

Patrick exemplifica um caso em que todos os anos busca se reintegrar dentro de um território escolar que já não lhe parece mais ser seu.

- *Eu estava na primeira série, todos os meus colegas passaram de ano, só um ficou comigo, o resto passou de ano (Patrick, "00:04:46").*

A escola parece encontrar formas de lidar com sua presença, desumanizando-o no processo. Isso é evidenciado pelo fato de Patrick ser frequentemente visto no documentário, isolado das outras crianças durante as aulas. Em um recorte, ele está sentado sozinho em uma mesa e um livro intitulado "O Gato que Não Sabia Miar"¹⁰ ("00:21:13"). Assim como o gato da história que não sabia miar, Patrick está enfrentando dificuldades para aprender a ler, tendo repetido o primeiro ano três vezes. No entanto, ao contrário do gato que chega ao mundo sabendo miar, o ser humano não nasce sabendo ler. É necessário entender o mundo para internalizar os signos e atribuir-lhes significado (Vygotsky, 1987). Para que isso ocorra, se faz necessário estarmos inseridos num cenário social de aprendizagem, termos uma mediação. Como ocorre a mediação com Patrick? Por que Patrick segue sem ser alfabetizado? Outro dado importante na expressão de Patrick é sobre sua busca de pertencimento:

- *Patrick! Que letra é essa, Patrick? Silêncio profundo (Claudia, irmã de Patrick "00:09:46").*
- *Então eu parei um pouco de falar e ter poucos amigos. Eu tenho bastante amigos, mas parei de conversar porque eu tenho que estudar, aprender a ler e escrever (Patrick, "00:24:09") o apagamento da criança.*

Ensinar a transgredir é romper este silêncio da sala de aula (hooks, 2013). Silêncio esse que habitou Patrick. São inúmeras falas do documentário que caminham na direção

¹⁰ O Gato Que Não Sabia Miar: Autora Marilene Godinho.

contrária do que entendemos como uma educação como prática da liberdade. A história de Patrick é um chamado urgente à transformação. Precisamos repensar a educação para que ela não seja um espaço de opressão, mas um meio que proporcione a educação como prática da liberdade e pensamento crítico emancipatório. Essa discussão não deve encerrar aqui, é preciso ir às raízes dos problemas (hooks, 2017; Ribeiro, 2017). Precisamos reconhecer a singularidade de cada estudante, reconhecer as individualidades e suas potências, desafiar as opressões e encorajá-los a construir o seu pensamento crítico e libertador, tornando-os protagonistas de suas histórias. E isso somente se dá através de uma educação como prática da liberdade (Freire, 1999; hooks, 2013).

4. REFLEXÕES FINAIS

Neste trabalho tive a intenção de refletir sobre a medicalização na infância e suas implicações na trajetória educacional, tendo como ponto de partida o documentário *"Que Letra É Essa? A História de Patrick"*. A partir dos conceitos de medicalização, infância e educação como prática da liberdade, busquei dialogar como o processo de medicalização impactou a vida de Patrick, e como ele foi moldado por um sistema educacional opressor e violador de direitos, que ao olhar para a criança/estudante e não a ver, falhou em reconhecer suas necessidades reais, o levando para um apagamento.

No decorrer deste estudo e escrita, os operadores conceituais se revelaram fundamentais para compreender a profundidade do impacto da medicalização sobre os Patricks e Marias. A medicalização, conceito que descreve a tendência de tratar comportamentos e vivências individuais localizados em diagnósticos e terapias medicamentosas, mostrou-se não apenas ser uma forma de controle, mas uma prática recorrente que ignora a complexidade da existência humana. A infância, por sua vez, é compreendida não apenas como uma fase de desenvolvimento, mas como um período alongado e uma condição social em que as crianças/estudantes se constituem por meio de uma série de fatores, como: sociais, culturais, emocionais, políticos e educacionais, etc., e que não seria diferente na vida de Patrick. No que se refere à educação como prática da liberdade, compreendo como um conceito e discussão que defende uma abordagem pedagógica que reconhece, respeita e valoriza a singularidade da criança/estudante. Uma perspectiva alternativa para se contrapor à lógica da medicalização da educação e da infância.

Trazendo para perto minha trajetória de vida e escolarização, que esteve imersa em diversos marcadores sociais e encontra pontos de conexão com a história de Patrick, lembro-me vividamente das dificuldades que minha família enfrentou, da ausência de políticas públicas adequadas e do impacto que isso teve em meu percurso nos anos iniciais do ensino fundamental. Assim como eu, Patrick também foi moldado por um sistema que falhou! Quantos mais serão?

O encontro com a história de Patrick foi uma jornada de estudo, de reflexão e de síntese emocional. Assim como fui tocada por essa história, desejo que este trabalho desperte a vontade de outras estudantes e futuras professoras para estudar e aprofundar o tema sobre a medicalização da infância e da educação, sobre os Patricks, as Marias e o estigma desencadeado por experiências ruins vividos na sala de aula e na escola.

Portanto, as reflexões oriundas sobre a trajetória de Patrick e as questões que surgiram ao longo deste estudo não se esgotam aqui. Fica, talvez, um convite para que outros encontros, olhares e perspectivas possam continuar a reflexão e a ação, intencionado construir práticas implicadas com a emancipação e o exercício da liberdade de crianças/estudantes.

Ao me debruçar sobre o conceito de medicalização e o estatuto de verdade que opera sobre as crianças/estudantes que aprendem de um jeito e num tempo diferente, uma das sínteses que chego é de que temos nos deparado com um sistema educacional falho (e eu me insiro dentro deste sistema). Seguimos encontrando explicações individuais, e ignorando as necessidades estruturais de um sistema, apesar de tantas pesquisas realizadas. A análise crítica das falas dos pais, das professoras e das condições apresentadas pelo próprio Patrick, reforça as limitações de um modelo educacional que busca explicações culpabilizadoras e reducionistas sobre algo desafiador, e deixa de fundo a necessidade de problematizações no campo das políticas públicas, da defesa e construção de uma educação que respeite a diversidade e a singularidade de cada criança/estudante. A educação como prática da liberdade, proposta por autores como Paulo Freire e bell hooks, são pistas importantes para buscar uma educação desmedicalizante, um modelo educativo defensor da ideia de que a aprendizagem deve ser um processo emancipatório, que respeite e valorize a individualidade dos estudantes, promova um ambiente que fomente o pensamento crítico e a autonomia das crianças/estudantes silenciadas no seu apagamento.

Por fim, registro que este trabalho fala de toda a trajetória acadêmica e pessoal que vivenciei. Sou uma voz e um corpo inconformado diante de um sistema educacional que falha ao deixar de fora ainda que dentro da sala de aula, crianças/estudantes como Patrick. Com isso quero homenagear Patrick, que teve sua vida¹¹ tragicamente interrompida, vítima de um sistema educacional e de uma sociedade que falhou na garantia de seus direitos. “Nenhuma a menos”!

¹¹ No segundo semestre de 2019, a estudante do Curso de Pedagogia Gabriela Agapito, fez um NADE de extensão, chamado Infância e “Norma”: da medicalização dos corpos na escola à estetização da existência, ministrado pelos professores Simone Vieira de Souza e Rogério Machado Rosa. Mobilizada com a história de Patrick, buscou por meio do Facebook informações com Rogério Giaretta Júnior (um dos diretores do documentário). Que disse que no ano de 2015, Patrick foi vítima de homicídio. Escrevendo “O Patrick foi vítima de uma sociedade excludente que temos no Brasil. Tapamos a cara para isso há séculos. E ainda continuaremos tapados caso não surja uma geração disposta a mudar muita coisa aqui. O que sei é que o pai dele faleceu há algum tempo. Era o provedor da casa. Atualmente, a mãe e a irmã vivem aqui em Santa Maria. A menina aprendeu a ler. O Patrick teria se envolvido com crack. A morte dele ocorreu em uma região carente de Santa Maria e que fica do outro lado da cidade onde ele tentava estudar na infância. A equipe do projeto tinha em mente em gravar novamente esse documentário com o Patrick e sua trajetória e na fase adulta, mas infelizmente isso não foi possível (Giaretta, 2019).

Reforço o meu desejo de seguir comprometida com uma formação docente crítica e sensível, na busca por um sistema educacional mais justo, e de qualidade para todos e todas. Que possamos, como professoras em formação inicial e continuada, seguir atentas às questões que afetam a vida das crianças/estudantes, e exercitar a nossa capacidade de criar uma escola que respeite a vida.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Livros técnicos e científicos editora, Rio de Janeiro, 1981.

BEZERRA, S. L.; COUTINHO DA SILVA, M.; BEZERRA, Z. M.; FÉRES, C. T. A **Compreensão da infância como construção sócio-histórica**. Revista CES Psicologia, v. 7, n. 2, p. 126-137, 2014.

BOURDIEU, P. **Capital cultural, escola e espaço social**. Siglo XXI, 1997.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 06 jun. 2024.

CARINE, Bárbara. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

EVARISTO, C. **Escrevivência : a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. [1967]. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra: 1975.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria prática em educação popular**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

GAUDENZI, P.; ORTEGA, F. **The statute of medicalization and the interpretations of Ivan Illich and Michel Foucault as conceptual tools for studying demedicalization**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 16, n. 40, p. 21-34, 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, 1988.

GOMES, Nilma Lino. **Raça e educação infantil: à procura de justiça**. Revista e-curriculum, v. 17, n. 3, p. 1015-1044, 2019.

GOMES, Nilma Lino; DE ARAÚJO, Marlene. **Infâncias negras: Vivências e lutas por uma vida justa**. Editora Vozes, 2023.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**; tradução Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

LOCKS, Maria de Lourdes R. K. **O Gato Que Não Sabia Miar**. 2.ed. Mercado Aberto. Porto Alegre., 1989.

MOVIMENTO - REVISTA DE EDUCAÇÃO. **Manifesto desmedicalizante e interseccional: "Existirmos, a que será que se destina?"**. Movimento - Revista de Educação, Niterói, ano 7, n. 15, p. 194-204, set./dez. 2020. Salvador: Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Apresentado no V Seminário Internacional A Educação Medicalizada, agosto 2018.

OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. **Infância, raça e "paparicação"**. Educação em Revista, v. 26, p. 209-226, 2010.

PASSOS, J. C. **As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de Jovens e Adultos**. EJA em debate, v. 1, n. 1, p. 137, 2012.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

QVORTRUP, J. **A infância enquanto categoria estrutural**. Educação e Pesquisa, v. 36, p. 631-644, 2010.

RIBEIRO, Maria Izabel Souza. **A medicalização da educação na contramão das diretrizes curriculares nacionais da educação básica**. Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade, v. 3, n. 1, 2014.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROMAGNOLI, R. C. **A cartografia e a relação pesquisa e vida**. Psicologia & Sociedade, v. 21, p. 166-173, 2009.

SARMENTO, M. J. **Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância**. Educação & Sociedade, v. 26, p. 361-378, 2005.

SARMENTO, M. J. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (Coord.). **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação**. Porto, PT: Asa, 2004.

SIMÕES, Adriana Souza; VERBICARO, Loiane Prado; DOS SANTOS, Raquel Amorim. **A Teoria como prática libertadora na obra de bell hooks "Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade": Uma análise à luz da perspectiva decolonial**. Kalagatos: Revista de Filosofia, v. 19, n. 1, p. 12, 2022.

SOUZA, S. V.; DE SOUSA VIÉGAS, L. **Medicalização e violação de direitos: uma cartografia sobre as diferenças nas infâncias**. ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste, v. 10, n. 24, p. 381-398, 2023.

VIÉGAS, Lygia de Sousa; OLIVEIRA, Elaine Cristina de; MESSEDER NETO, Hélio da Silva, org. **Existirmos, a que será que se destina? Medicalização da vida e formas de resistência**. Salvador: EDUFBA, 2019. 283 p. ISBN: 978-65-5630-530-1.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente. 6. ed.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Formação social da mente** (Trad. J. Cipolla Neto, L. S. Menna Barreto & S. Castro Afeche). 1989.

QUE LETRA É ESSA? A HISTÓRIA DE PATRICK. Fotografia e direção: Pedro Rocha. Produção: Marlon Herath, Pedro Rocha, Rogério Giaretta Jr. Edição: Laura Brum, Pedro Rocha. Santa Maria, RS, 2004. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NtyL4NEEIEE>>. Acesso em: 10 abr. 2024.